ISSN: 2358-8829

IMPACTOS DA BNCC E DA BNC NAS PRÁTICAS GESTORAS E NOS PROCESSOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Stéfanny Nogueira da Silva [1]
Gleiciene Moreira de Souza [2]
Elaine dos Santos Bonfim [3]
Jéssica de Souza Santos [4]
Iure Dourado Coelho [5]
Luiz Ricardo Pereira de Almeida Braga [6]

INTRODUÇÃO

A gestão democrática da educação básica não é um tema que se esgota em sua dimensão normativa. Ainda que a Constituição Federal de 1988 e a LDB nº 9.394/96 tenham assegurado o princípio democrático como conquista das forças civil-democráticas, a efetivação desse princípio depende de condições históricas e institucionais que não se produzem automaticamente. É nesse ponto que o debate contemporâneo sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC-Diretor Escolar) se torna imprescindível.

A literatura tem apontado que a BNC-Diretor, amparada na lógica da BNCC, reforça uma visão instrumental da educação, centrada em desempenho e empregabilidade, e que a padronização verticalizada restringe a autonomia e a participação dos profissionais que assumem a direção escolar. Quando essa lógica de matriz neoliberal, que nasce na formação de professores e se estende à gestão escolar, alcança o cotidiano da escola, o espaço de decisão coletiva que sustenta a gestão democrática passa a ser pressionado. Esse espaço não apenas sofre restrições práticas, mas é esvaziado em seu sentido central, isto é, na própria lógica progressista de educação que o fundamenta.

Assim, a Democratização da Gestão pauta-se no diálogo e compreensão de todos que fazem parte da comunidade escolar. Mas será que estas ideias estão sendo postas em prática?

[1]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, profstefanny@gmail.com;
[2]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, gleicienesouzacnn@gmail.com;
[3]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, bonfimlaine65@gmail.com;
[4]Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia - BA, jessicadesouzasantos07@gmail.com;
[5]Mestrando em Ensino, Linguagem e Sociedade na Universidade do Estado da Bahia - BA, iuredouradoidc@gmail.com;
[6]Mestre em Educação pela Universidade de Brasília - DF, lbraga@uneb.br.

ISSN: 2358-8829

Será que as ideologias neoliberalistas da Gestão Escolar deixaram de existir assim que a Constituição Federal trouxe os ideais da Gestão Democrática? As políticas públicas ainda carregam o viés neoliberalista? Em que medida o viés neoliberal presente na BNCC e na BNC - Diretor Escolar impacta na atuação profissional de gestoras/es escolares e na efetivação da Gestão Democrática?

É a partir destes questionamentos, que este estudo se constrói, com o objetivo de analisar os impactos do viés neoliberal presente na BNCC e na BNC - Diretor Escolar na atuação profissional de gestoras/es escolares e na efetivação da Gestão Democrática. Para alcançar a finalidade proposta, esta presente pesquisa classifica-se como documental (Gil, 2008), utilizando como objetos de pesquisa os documentos da BNCC e da BNC-Diretor Escolar. Para análise e interpretações dos dados utiliza-se as contribuições teóricas de Bardin (2016) ao discutir sobre a análise de conteúdo, bem como os amparos de Minayo (2002) ao definir a abordagem qualitativa.

O problema central, portanto, não é de ordem técnica, mas política, por considerar em que medida, ao executar a BNCC e a BNC - Diretor Escolar, os princípios da gestão democrática são ativados ou meramente formalizados. A pergunta orienta a discussão que segue, na qual se examina a tensão entre a padronização curricular e o princípio democrático, bem como as contradições que essa tensão produz nas práticas gestoras da educação básica.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa documental, tendo como referência Gil (2008). Esse tipo de pesquisa permite examinar documentos considerando o contexto em que foram produzidos, suas características e as informações que apresentam. Nesse caso, a análise documental contribui para compreender as concepções que orientam as políticas educacionais e suas relações com a organização da educação básica.

Foram analisadas a BNCC e a BNC-Diretor Escolar. A análise buscou identificar as concepções de educação e gestão escolar presentes nesses documentos, as competências e atribuições destinadas aos gestores e as orientações sobre a organização do trabalho escolar e a participação democrática. A escolha desses materiais está relacionada ao papel que desempenham na definição de orientações para a educação básica e para o trabalho da gestão escolar, permitindo discutir suas aproximações e tensões com os princípios da gestão democrática.

ISSN: 2358-8829

A análise da BNCC e da BNC-Diretor, quando permanece no plano da efetividade ou da avaliação normativa, corre o risco de permanecer prisioneira da aparência, tomando como dado aquilo que é historicamente produzido. Kosik (1976) adverte que a tarefa primeira do pensamento dialético consiste em romper a pseudoconcreticidade, essa camada de evidências que naturaliza as formas sociais e impede a apreensão de suas determinações constitutivas. A BNCC e a BNC-Diretor Escolar não se apresentam, nessa perspectiva, como documentos curriculares neutros, mas como produtos de condições históricas determinadas, nas quais a lógica do capital reorganiza o campo educacional por meio de mediações específicas.

> A dialética trata da "coisa em si". Mas a "coisa em si" não se manifesta imediatamente ao homem. Para chegar à sua compreensão, é necessário fazer não só um certo esforço, mas também um détour. Por esse motivo o pensamento dialético distingue entre representação e conceito da coisa, com isso não pretendendo apenas distinguir duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da práxis humana (Kosik, 1976, p. 10).

A organização e a interpretação dos dados tiveram como referência a análise de conteúdo de Bardin (2016), que possibilita examinar as mensagens presentes nos documentos e produzir inferências a partir de seu conteúdo. O percurso de análise envolveu três etapas: a pré-análise, correspondente à leitura inicial e à organização do material; a exploração do material, dedicada ao exame dos documentos; e o tratamento dos resultados, que compreendeu a interpretação das informações e sua relação com o problema e os objetivos da pesquisa.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, fundamentada em Minayo (2002), por considerar que a compreensão do objeto exige observar os significados e as relações sociais envolvidos nas políticas educacionais. Essa abordagem orientou a análise das concepções de educação, gestão escolar e participação democrática expressas nos documentos, considerando também as orientações relacionadas à eficiência, à eficácia e ao alcance de resultados. A partir disso, buscou-se compreender como essas exigências se relacionam com as responsabilidades da equipe gestora e quais tensões podem produzir diante da construção de uma gestão democrática.

Estudos de matriz histórico-dialética sobre a BNCC e a BNC-Formação já apontam que a padronização do currículo e da formação docente atua como instrumento de controle e vigilância sobre o trabalho do/a professor/a, produzindo, nas licenciaturas, um obscurecimento epistemológico e político centrado no modelo de competências, o que contraria os princípios e concepções fundados numa educação emancipatória. Esse é precisamente o caminho analítico aqui assumido, ao compreender a BNCC e a BNC como formas de mediação das relações capitalistas de produção no campo educacional, e não como

ISSN: 2358-8829

inovações técnicas isoladas. A aproximação ao real concreto exige, assim, que se examine como essas mediações operam na formação de professores e de diretores escolares.

> A essência da alienação da sociedade capitalista é que ela trata como mercadoria o que é humano; e, como mercadoria é coisa e não gente, a desumanidade deste tratamento não poderia ser maior. O que importa é o lucro dos capitalistas. Se, para isso, a fome deve ser mantida apesar de se poderem produzir alimentos para todos; se a ignorância deve ser mantida, apesar de se poder erradicá-la; se muitos devem ficar sem casas e sem assistência médica apesar de existirem os meios para abolir estes sofrimentos [...] tudo isto será feito em nome do capital e em detrimento das necessidades humanas (Tonet; Lessa, 2004, p. 59-60).

O quadro analítico do artigo parte, portanto, do materialismo histórico-dialético e organiza-se em torno de três categorias articuladas: 1) A totalidade permite compreender a BNCC e a BNC como partes constitutivas da reestruturação capitalista da educação, articuladas a um movimento mais amplo de reconfiguração do Estado e das políticas educacionais. 2) A contradição revela o conflito estrutural entre a lógica padronizadora e o princípio da gestão democrática, conflito que não se resolve no plano normativo, mas se reproduz nas práticas cotidianas. 3) A mediação, por fim, indica o modo pelo qual esses documentos, por meio dos mecanismos concretos de formação de professores e de diretores, implantam a lógica de mercado nas práticas cotidianas de gestão. Sob esse quadro, a formação de diretores e professores deixa de ser tratada como desenvolvimento profissional de caráter técnico e passa a ser reposicionada no interior das relações de classe e do campo educacional como espaço de disputa.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação se relaciona diretamente ao contexto social, político e econômico no qual está inserido. Por conta disso, as políticas públicas educacionais não se instauram como neutras, pois expressam diferentes concepções de sociedade, escola e formação humana. No contexto do capitalismo, a educação pode ser compreendida tanto como um direito social quanto como um espaço influenciado pelas exigências do mundo do trabalho e pelos interesses econômicos.

A partir de reformas do Estado brasileiro, principalmente na década de 1990, princípios relacionados ao neoliberalismo passaram a influenciar as políticas educacionais, valorizando aspectos como eficiência, produtividade, competências e resultados. Nesse sentido, Libâneo (2004, p. 8) questiona a formação por competência quando ela ocorre "[...] como numa perspectiva meramente economicista". Essa reflexão contribui para pensar como a valorização

ISSN: 2358-8829

de interesses econômicos pode acabar influenciando a organização das escolas e do trabalho de profissionais da educação.

Essa discussão também envolve as desigualdades sociais, visto que as escolas públicas atendem estudantes com diferentes realidades e necessidades. Nesse cenário, a valorização de metas e indicadores como parâmetros para avaliar a qualidade da educação pode desconsiderar as condições concretas de funcionamento das instituições e as desigualdades que interferem nos processos de ensino e aprendizagem. Assim, torna-se necessário analisar as concepções de educação e gestão presentes nas políticas educacionais, considerando os interesses e as perspectivas que orientam sua elaboração.

A gestão escolar passou por transformações ao longo da história da educação, acompanhando as mudanças políticas e sociais do país. Durante muito tempo predominou a uma organização mais centralizada, na qual o diretor era responsável por garantir o funcionamento da escola e as demandas administrativas. Com o avanço das discussões sobre a democratização da educação, ganhou força a defesa de uma gestão fundamentada na participação e no envolvimento da comunidade escolar nos processos de decisão.

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) configuram marcos significativos nessa trajetória, ao estabelecer a gestão democrática da educação pública. Sob essa perspectiva, a compreensão do papel do gestor se amplia, pois ele deixa de ser visto apenas como responsável pelas questões administrativas e assume também a função de articular as dimensões pedagógicas e promover a participação dos diversos participantes da escola.

Entretanto, a gestão escolar também passou a conviver com exigências relacionadas ao planejamento, ao monitoramento e ao alcance de resultados. Nesse cenário, Paro (2016) contribui para refletir sobre a importância de compreender a administração escolar a partir de sua finalidade educativa e das relações entre os sujeitos. Assim, conhecer a trajetória da gestão escolar ajuda a entender as tensões entre uma atuação voltada ao cumprimento de metas e outra comprometida com a participação coletiva e a formação dos estudantes.

A gestão escolar baseada na democracia pressupõe a participação dos profissionais da educação, dos estudantes, das famílias e da comunidade nas decisões que envolvem a escola. Para além de atender a uma exigência legal, esse modelo requer diálogo, transparência e compartilhamento das responsabilidades, de modo que os diferentes sujeitos possam contribuir para a organização do trabalho educativo.

Conforme Paro (1987), a democratização da escola está relacionada à participação da comunidade nas decisões e à construção de relações mais democráticas no espaço escolar.

ISSN: 2358-8829

Nesse sentido, os conselhos escolares, as reuniões coletivas e a elaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) constituem exemplos de espaços que podem favorecer essa participação, desde que não sejam utilizados apenas para cumprir exigências burocráticas, mas possibilitem efetivamente a manifestação e a contribuição dos diferentes sujeitos. Nessa perspectiva, Paro (2016) também permite compreender que a gestão democrática não se resume à presença da comunidade nesses espaços, mas depende de condições para que seus integrantes participem ativamente das decisões e dos encaminhamentos relacionados ao trabalho escolar.

Entretanto, a efetivação da gestão democrática enfrenta desafios quando as demandas administrativas e as cobranças por resultados ocupam grande parte do tempo da equipe gestora. Nessas circunstâncias, o planejamento coletivo, o diálogo com as famílias e a participação da comunidade podem perder espaço diante das exigências cotidianas. Por isso, é importante considerar as condições de trabalho e a maneira como as responsabilidades são distribuídas entre os profissionais da escola.

A equipe gestora desempenha um papel fundamental na organização e no funcionamento das instituições escolares, sendo responsável por articular as atividades administrativas e pedagógicas, acompanhar o trabalho dos profissionais, mediar conflitos e manter o diálogo com as famílias e a comunidade. Porém, o exercício dessas funções tem sido marcado pelo aumento das responsabilidades e das exigências direcionadas aos gestores, que precisam atender às demandas cotidianas da escola e cumprir as orientações estabelecidas pelas políticas públicas educacionais.

Nesse contexto, a sobrecarga de trabalho constitui um desafio, especialmente quando as atividades burocráticas ocupam grande parte do tempo que poderia ser destinado ao acompanhamento pedagógico e ao planejamento coletivo. Essas dificuldades não dependem apenas da organização individual dos gestores, mas também das condições de trabalho e da forma como as responsabilidades são distribuídas no ambiente escolar.

A influência da lógica neoliberal nas políticas educacionais contribui para compreender esse cenário, uma vez que princípios como eficiência, eficácia, produtividade e alcance de resultados passam a orientar parte das exigências direcionadas à gestão escolar. Conforme discute Libâneo (2016), as políticas educacionais precisam ser compreendidas considerando as concepções de sociedade, educação e escola que as fundamentam. Nessa perspectiva, quando a gestão passa a priorizar metas, indicadores e cobranças por resultados, existe o risco de que o diretor assuma funções predominantemente administrativas,

ISSN: 2358-8829

aproximando sua atuação da figura de um gerente responsável pelo cumprimento de tarefas e pelo alcance de objetivos institucionais.

Essa sobrecarga também apresenta desafios para a efetivação da gestão democrática, que pressupõe diálogo, participação, transparência e compartilhamento das decisões entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar. Na perspectiva de Paro (2022), a gestão democrática está relacionada à participação coletiva e à construção de relações que favoreçam a autonomia dos sujeitos no espaço educativo. Entretanto, quando a equipe gestora precisa concentrar seus esforços no cumprimento de tarefas burocráticas e no atendimento de demandas imediatas, as oportunidades de escuta, planejamento conjunto e participação da comunidade podem ser reduzidas.

Dessa forma, torna-se necessário refletir sobre as condições de trabalho oferecidas aos gestores e sobre as responsabilidades estabelecidas pelas políticas educacionais, incluindo a BNCC e a BNC-Diretor Escolar. A análise desses documentos permite questionar em que medida as orientações direcionadas à gestão escolar contribuem para a participação coletiva ou reforçam uma lógica de gerenciamento centrada na eficiência e nos resultados. Essa discussão é importante para compreender as possíveis tensões entre as exigências atribuídas à equipe gestora e a construção de uma gestão democrática nas escolas públicas brasileiras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da BNCC e da BNC-Diretor Escolar permite compreender como esses documentos orientam a organização da educação básica e o trabalho desenvolvido nas escolas. Apesar de possuírem finalidades distintas, ambos interferem no planejamento pedagógico, na organização curricular e nas atribuições da gestão escolar. Nesse sentido, a análise busca identificar não apenas as orientações apresentadas, mas também as concepções de educação e gestão que as fundamentam e as possíveis tensões que estabelecem com os princípios da gestão democrática.

A BNCC estabelece aprendizagens essenciais para a Educação Básica, tendo como eixo o desenvolvimento de competências e habilidades. Suas orientações servem de referência para a elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas, além de influenciarem outras políticas educacionais, como a formação de professores, os processos avaliativos e a produção de materiais didáticos (Brasil, 2018). Embora o documento reconheça a necessidade de adequar os currículos às realidades locais e considere a participação da comunidade escolar, sua implementação também levanta questionamentos sobre os limites entre as referências

ISSN: 2358-8829

nacionais e a autonomia das instituições para construir propostas pedagógicas que atendam às características de seus contextos.

A formação organizada por competências também merece atenção, pois propõe a mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para lidar com situações cotidianas e demandas do mundo do trabalho. Essa concepção pode ser analisada a partir das contribuições de Libâneo (2004), sobretudo quando se considera o risco de reduzir a educação a uma perspectiva economicista, voltada ao desenvolvimento de capacidades instrumentais e utilitárias. Uma formação pautada nessa lógica pode deixar em segundo plano outras dimensões do desenvolvimento humano, como a reflexão crítica, a participação social e a compreensão da realidade.

Além disso, a definição de aprendizagens essenciais em âmbito nacional pode gerar tensões quando as orientações curriculares passam a ocupar um espaço predominante na organização do trabalho pedagógico. Embora a BNCC reconheça a importância de considerar as particularidades regionais e locais, sua utilização como principal referência para o planejamento escolar pode limitar a construção de propostas que valorizem os conhecimentos, as experiências e as necessidades específicas de cada comunidade. Essa questão merece atenção porque a autonomia pedagógica constitui um elemento importante para a efetivação da gestão democrática, uma vez que permite aos sujeitos da escola participarem da construção dos caminhos educativos que orientam suas práticas.

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre as orientações curriculares e os processos de avaliação educacional. Quando as aprendizagens previstas na BNCC passam a ser associadas predominantemente ao cumprimento de metas e ao desempenho em avaliações, existe o risco de que o planejamento pedagógico seja direcionado à obtenção de resultados mensuráveis. Essa perspectiva aproxima a organização do trabalho escolar de uma lógica gerencialista, na qual a eficiência e o alcance de resultados podem adquirir maior centralidade do que os processos coletivos de construção do conhecimento. Nesse sentido, evidencia-se uma contradição entre a padronização das orientações curriculares e a autonomia necessária para que as escolas desenvolvam práticas pedagógicas contextualizadas, considerando as diferentes realidades sociais e culturais dos estudantes.

Já a BNC-Diretor Escolar apresenta referências para a atuação dos gestores, organizando as competências e atribuições da direção em quatro dimensões: político-institucional, pedagógica, administrativo-financeira e pessoal e relacional. Entre as responsabilidades previstas, estão a implementação da gestão democrática, o incentivo à participação da comunidade escolar, o fortalecimento dos colegiados e o envolvimento dos

ISSN: 2358-8829

diferentes sujeitos na elaboração do PPP. Ao mesmo tempo, o documento atribui aos gestores funções relacionadas ao planejamento estratégico, ao estabelecimento de metas, ao monitoramento das ações e à avaliação dos resultados.

Na dimensão político-institucional, estão previstas ações voltadas à promoção da gestão democrática, como a participação dos profissionais na elaboração do PPP, o fortalecimento dos Conselhos Escolares e a criação de espaços coletivos de decisão. Também são contempladas a transparência das informações e a avaliação institucional com a participação da comunidade escolar. Essas orientações demonstram o reconhecimento da importância da participação dos diferentes sujeitos na organização da escola.

A dimensão pedagógica envolve o acompanhamento do ensino e da aprendizagem, o planejamento escolar, a formação continuada dos professores e a implementação do currículo. A dimensão administrativo-financeira reúne responsabilidades relacionadas à organização dos recursos, ao planejamento das despesas e à prestação de contas, incluindo a participação do Conselho Escolar nesses processos. Já a dimensão pessoal-relacional destaca o diálogo, a escuta, o respeito e a mediação de conflitos como aspectos importantes para a construção de relações colaborativas entre os diferentes sujeitos da comunidade escolar.

Embora essas dimensões contemplam diferentes aspectos da gestão, a quantidade de responsabilidades atribuídas ao diretor levanta questionamentos sobre as condições concretas para sua realização. O exercício simultâneo de funções administrativas, financeiras, pedagógicas e relacionais pode ampliar a sobrecarga de trabalho, especialmente quando não existe uma distribuição adequada das responsabilidades entre os profissionais da instituição. Nesse cenário, o diretor pode encontrar dificuldades para conciliar as demandas burocráticas e administrativas com o acompanhamento pedagógico e a articulação dos processos participativos.

Uma das principais contradições identificadas na BNC-Diretor Escolar está na relação entre a promoção da gestão democrática e a responsabilização individual dos gestores pelos resultados educacionais. Embora o documento contemple a participação da comunidade escolar, o fortalecimento dos órgãos colegiados e a construção coletiva do PPP, também estabelece responsabilidades relacionadas ao cumprimento de metas, ao monitoramento das ações e à avaliação dos resultados. Essa organização evidencia uma tensão entre o compartilhamento das decisões e a concentração das responsabilidades na figura do diretor, que passa a responder por diferentes dimensões do funcionamento escolar. Nesse contexto, a participação coletiva corre o risco de ocupar um lugar secundário diante das exigências de desempenho e do cumprimento de objetivos institucionais.

ISSN: 2358-8829

Para Paro (2016), a gestão democrática exige a participação efetiva da comunidade escolar nas decisões, e não apenas a existência de espaços formais de participação. Nesse sentido, mesmo que os documentos apresentem orientações voltadas à democracia, sua concretização depende da autonomia da escola, das condições de trabalho e do envolvimento dos diferentes segmentos nas decisões. Assim, a existência de conselhos, reuniões e outros mecanismos participativos não garante, por si só, uma gestão democrática, sendo necessário que esses espaços possibilitem a manifestação, a discussão e a influência efetiva da comunidade nos encaminhamentos institucionais.

A gestão democrática, portanto, não depende exclusivamente das competências individuais do diretor, mas também das condições institucionais que possibilitam o compartilhamento das responsabilidades e a participação efetiva da comunidade escolar. Quando as exigências administrativas e as cobranças por resultados se sobrepõem aos espaços de diálogo e planejamento coletivo, a participação pode ficar restrita ao cumprimento de procedimentos formais, sem garantir uma influência efetiva dos sujeitos nas decisões da escola. Dessa maneira, a lógica gerencialista pode entrar em contradição com os princípios democráticos, especialmente quando a eficiência e a responsabilização individual recebem maior atenção do que a construção coletiva dos processos educativos.

A partir das categorias da totalidade e da mediação, é possível compreender que as atribuições previstas nos documentos não estão isoladas das condições sociais, políticas e institucionais em que as escolas estão inseridas. As exigências direcionadas aos gestores precisam ser analisadas considerando as desigualdades entre as instituições, a disponibilidade de recursos, as condições de trabalho e as diferentes realidades das comunidades escolares. Dessa maneira, a cobrança por resultados, sem a devida consideração desses fatores, pode contribuir para a responsabilização dos diretores por situações que ultrapassam sua capacidade individual de intervenção.

A análise conjunta da BNCC e da BNC-Diretor Escolar evidencia que as tensões entre neoliberalismo e gestão democrática atravessam diferentes dimensões da organização escolar. Enquanto a BNCC estabelece referências nacionais para as aprendizagens e pode favorecer a padronização curricular, a BNC-Diretor Escolar reúne atribuições relacionadas tanto à promoção da participação coletiva quanto ao planejamento estratégico, ao monitoramento e à responsabilização pelos resultados. Essas características demonstram que, embora os documentos contemplem princípios associados à autonomia e à participação, também apresentam orientações que podem aproximar a organização escolar de uma lógica gerencialista, centrada na eficiência e no alcance de metas.

ISSN: 2358-8829

Diante disso, a efetivação da gestão democrática exige que as orientações das políticas educacionais sejam interpretadas de maneira crítica, garantindo que a busca por resultados não se sobreponha à participação, à autonomia e à construção coletiva. A gestão escolar não deve ficar restrita às responsabilidades individuais do diretor, mas envolver os diferentes sujeitos da comunidade escolar na definição dos objetivos, no planejamento e nas decisões sobre os rumos da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados neste estudo, evidenciaram que, embora os documentos bases da educação apresentem pautas acerca da participação coletiva e autonomia, princípios estes que são relacionados à gestão democrática, ainda há em suas entrelinhas, contradições que remetem aos ideais de uma gestão escolar gerencialista, aquelas que surgiram junto à administração escolar, inspirada pelas administrações de empresas. Também tornou-se evidente os principais desafios relacionados a esta contradição, sendo eles, a limitação na construção de propostas que busquem valorizar os conhecimentos, as experiências e as necessidades específicas de cada comunidade, por ter a BNCC como documento regularizador da educação, e embora este fato não esteja escrito de maneira explícita em suas linhas, ela fica evidente ao analisar que as competências cobradas pelas avaliações externas nacionais, são justamente as mesmas descritas pela BNCC.

Essa cobrança por metas e resultados traz ao centro os ideais de eficiência e eficácia, principais características da administração escolar, que diverge totalmente da lógica democrática que prioriza a construção do processo de ensino-aprendizagem muito mais que meros resultados que podem, ao invés de considerar as evoluções individuais de cada estudante, colocar todos em uma única balança sem considerar as interseccionalidades que atravessam cada um, corroborando para a disseminação da lógica meritocrática, que valoriza o resultado idealizado, sem considerar as distintas barreiras presentes nos caminhos de cada indivíduo, que puderam impedir ou facilitar a caminhada destes.

Desse modo, a pesquisa nos ajuda a compreender que apesar da criação de documentos legisladores que pensem numa educação democrática, o viés neoliberal ainda se faz presente não só na prática, mas principalmente nas entrelinhas destes documentos, apresentando contradições. Portanto, torna-se necessário repensar que educação queremos ter em nossas escolas, e o que precisa ser remodelado na gestão escolar e nos documentos reguladores para que ela seja, de fato, consolidada.

Palavras-chave: Gestão Democrática, Políticas Públicas, Educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar. **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 38-62, jan./mar. 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar:** introdução crítica. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2022.

PARO, Vitor Henrique. A utopia da gestão escolar democrática. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 60, p. 51-53, 1987.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

KOSIK, K. **Dialética do concreto.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx.** 2004.